

## **Ciclo de Encontros: extensão e epistemologias em movimento**

*Ciclo de Encontros: university extension and epistemologies in motion*

### **Khamai Guarino**

Universidade de Brasília - UnB  
Brasília, Brasil  
khamai.guarino@gmail.com  
<https://orcid.org/0009-0001-2337-0886>

### **Sara Nogueira de Araujo**

Universidade de Brasília - UnB  
Brasília, Brasil  
saranogueira.araujo@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-2003-0536>

### **Julia Simões dos Santos**

Universidade de Brasília - UnB  
Brasília, Brasil  
juliasimoesdossantos03@gmail.com  
<https://orcid.org/0009-0001-0219-1184>

### **Maria Eduarda Souza Gonçalves**

Universidade de Brasília - UnB  
Brasília, Brasil  
mariaeduardasg2001@gmail.com  
<https://orcid.org/0009-0008-8509-7564>

### **Ângela Romana Silva Duarte Moreira**

Universidade de Brasília - UnB  
Brasília, Brasil  
angelarsdm@gmail.com  
<https://orcid.org/0009-0000-7283-5101>

*Recebido em: 31 de maio de 2025*

*Aceito em: 08 de junho de 2025*

## Resumo

Esse artigo pretende apresentar os resultados do Ciclo de Encontros, uma iniciativa de estudantes de Ciências Sociais integrantes da empresa jr. Socius, que perceberam uma lacuna epistemológica e prática no currículo pedagógico e os seus possíveis efeitos na formação de profissionais qualificados. Inspiradas no projeto do Encontro de Saberes do professor José Jorge de Carvalho, o Ciclo de Encontros propõe novas abordagens ao campo pedagógico, ao questionar os limites entre “professor” e “aluno”, “mestre” e “aprendiz”, característicos de uma lógica reprodutivista do conhecimento. Assim, o primeiro Ciclo de encontros foi composto por três conversas que confluíram em um entendimento mais amplo sobre o caminho e responsabilidades de um cientista social fora da sala de aula.

**Palavras-chave:** Mercado de Trabalho; Ciências Sociais; Currículo; Saberes Tradicionais.

## Abstract

This article aims to present the results of the *Ciclo de Encontros*, an initiative led by Social Sciences students from the junior enterprise Socius, who identified an epistemological and practical gap in their course curriculum and its effects on the training of qualified professionals. Inspired by Professor José Jorge de Carvalho's *Encontro de Saberes* project, the *Ciclo de Encontros* proposes new approaches to the pedagogical field by questioning the boundaries between "teacher" and "student," "master" and "apprentice," which are characteristic of a reproductive logic of knowledge. Therefore, the first *Ciclo de Encontros* consisted in three discussions that converged into a broader understanding of the path and responsibilities of a social scientist outside the classroom.

**Keywords:** Job Market; Social Sciences; Academic Curriculum; Traditional Knowledge.

## **Introdução**

A insegurança quanto ao mercado de trabalho é uma pauta recorrente nas Ciências Sociais. Essa preocupação emerge, inicialmente, da frustração com a baixa oferta de estágios remunerados durante a graduação e persiste após a formação, diante da dificuldade de inserção em um emprego formal na área.

Um estudo realizado em 2021 pela Universidade de Brasília (UnB) constatou que cerca de 36% dos estudantes do Instituto de Ciências Sociais têm renda familiar de até dois salários mínimos. Na mesma pesquisa, aproximadamente 13% do corpo discente entrevistado afirmou receber auxílio socioeconômico (Universidade de Brasília, 2021). Esses dados ilustram a quantidade expressiva de estudantes que enfrentam cotidianamente a tensão entre permanecer no curso e lidar com dificuldades financeiras ou abdicar da formação para assumir um emprego em tempo integral que não guarda relação com sua área de interesse.

Para além disso, a oferta de disciplinas majoritariamente no turno diurno pelo Instituto de Ciências Sociais da Unb torna difícil a conciliação de um emprego em tempo integral com as exigências acadêmicas, o que se reflete na extensão do tempo de graduação para a maioria dos estudantes inseridos nesse contexto. Desse modo, estágios, bolsas de extensão e pesquisa vão além da experiência profissional e/ou acadêmica: constituem instrumentos fundamentais de dignidade e permanência estudantil.

Foi em um cenário semelhante que, em 1998, um grupo de estudantes criou a primeira empresa júnior de consultoria em Ciências Sociais no Brasil: a Socius. Um projeto de extensão sob a orientação docente do departamento de sociologia, mas totalmente coordenado por discentes das mais variadas habilitações do curso, como licenciatura em sociologia, bacharel em sociologia, bacharel em antropologia e bacharel em estudos latino-americanos.

A Socius foi fundada no compromisso dos estudantes com seus pares em capacitar aqueles que possuíam pouca ou nenhuma experiência de atuação no mercado.

O objetivo era ampliar as possibilidades de inserção profissional através do aprendizado e experiência em metodologias de pesquisa, ferramentas analíticas e competências interpessoais e, portanto, diminuir a distância entre a formação acadêmica e as exigências do mundo do trabalho.

Paralelamente, o andamento do projeto acompanhou a transformação étnico-racial da Universidade de Brasília, com a adoção da políticas de cotas no vestibular tradicional a partir de 2003, e a regulamentação da lei 12.711, em 2012, que instituiu a política de cotas em universidades federais e instituições públicas de ensino técnico de todo o território nacional. Diante desse cenário, novas demandas surgiram, como a necessidade de uma representação discente que refletisse o novo perfil dos estudantes de ciências sociais da UnB. A inserção de novos grupos na universidade foi e continua a ser acompanhada por vivências distintas, que fomentam novas formas de pensar as ciências sociais e desafiam as lentes eurocêntricas da academia.

Tendo isso em mente, a gestão de 2023 da Socius iniciou a elaboração de um novo projeto, inspirado no *Encontro de Saberes* (Carvalho, 2020), idealizado pelo professor José Jorge de Carvalho. Baseado na introdução de Mestres e Mestras de saberes tradicionais na universidade como docentes convidados, o *Encontro de Saberes* demonstrou a potencialidade da integração de saberes e práticas tradicionais aos conhecimentos acadêmicos em um ambiente dominado por epistemologias hegemônicas.

Metodologicamente, este artigo articula análise documental, entrevistas e revisão de literatura. Foram examinados os currículos vigentes dos cursos do Instituto de Ciências Sociais da UnB, registros institucionais da Socius e dados de heteroidentificação do corpo docente. Além disso, duas entrevistas semiestruturadas foram aplicadas com representantes de povos e comunidades tradicionais e uma leitura sistemática da produção disponível sobre o mercado de trabalho em Antropologia e Sociologia no Brasil.

## **Currículo**

Em uma breve análise dos currículos vigentes das Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Licenciatura em Sociologia) da Universidade de Brasília, é possível notar que não há matérias obrigatórias voltadas ao estudo de povos e comunidades tradicionais brasileiras. Porém, essa não é uma característica exclusiva da UnB, aponta José Jorge de Carvalho em seus estudos do Epistemômetro (Carvalho, 2011), nos quais ele produz um diagnóstico das epistemologias que estruturam os currículos universitários brasileiros, mostrando que a centralidade do pensamento branco e eurocêntrico é um padrão recorrente, com pouca abertura para outros modos de conhecimento.

Esse cenário se reflete não apenas na ausência de disciplinas obrigatórias sobre relações étnico-raciais, povos e comunidades tradicionais, mas também na própria composição do quadro docente. Após uma análise do quadro docente do Instituto de Ciências Sociais da UnB, constatou-se que, entre os 56 professores distribuídos nos três departamentos, aproximadamente 90% são brancos.

A predominância de professores brancos e formados dentro de uma mesma matriz de pensamento contribui para a reprodução de um currículo que exclui epistemologias não ocidentais e limita a formação dos estudantes. A falta de representatividade no corpo docente não é apenas um reflexo da desigualdade estrutural no acesso à docência, mas também um fator que influencia diretamente o que se ensina e como se ensina.

Essa estrutura curricular e a composição do corpo docente refletem a centralidade do conhecimento eurocêntrico como único referencial legítimo para a formação acadêmica, um traço persistente dentro das universidades brasileiras. O Epistemômetro evidencia como essa hegemonia se expressa na seleção de autores, teorias e metodologias ensinadas, silenciando as contribuições de povos indígenas, afrodescendentes e comunidades tradicionais.

A ausência sistemática de disciplinas obrigatórias voltadas às relações étnico-raciais e aos conhecimentos tradicionais não é uma decisão neutra, mas

expressão da hierarquia de saberes imposta historicamente pela colonialidade (Quijano, 2005). O conhecimento produzido por esses grupos continua sendo tratado como secundário, periférico ou meramente opcional, quando, na realidade, é essencial para compreender a complexidade social, política e cultural do Brasil. Esse apagamento contribui para a manutenção de uma formação acadêmica que não apenas exclui outras formas de saber, mas também prepara os cientistas sociais de forma limitada e unilateral.

Considerando que as Ciências Sociais buscam compreender a sociedade em suas múltiplas dimensões, como justificar um currículo que negligencia os saberes e experiências de grande parte dessa sociedade? A consequência direta dessa lacuna é a formação de profissionais que chegam ao mercado de trabalho sem ferramentas teóricas e metodológicas para lidar com diferentes epistemologias e formas de organização social, especialmente aquelas ligadas a povos e comunidades tradicionais. Isso compromete tanto a qualidade das pesquisas quanto a capacidade dos cientistas sociais de atuar de forma ética e respeitosa em diferentes contextos.

A formação acadêmica oferecida pelo curso de Ciências Sociais da UnB, mostrou-se, a partir das vivências institucionais das autoras e da atuação no projeto Ciclo de Encontros, limitada no preparo dos estudantes para além da docência e da pesquisa acadêmica. Essa percepção tem sido reiterada por estudantes em espaços de escuta e avaliação institucional e é reforçada por projetos de extensão que buscam preencher lacunas formativas, especialmente em temas relacionados à diversidade epistêmica brasileira.

A predominância de paradigmas eurocêntricos na formação acadêmica pode limitar o repertório metodológico e analítico dos futuros pesquisadores, especialmente quando se trata de compreender realidades culturalmente diversas. A questão não é apenas ética, mas também metodológica, pois ao reduzir sujeitos a objetos de pesquisa, corre-se o risco de ignorar as camadas de subjetividade que informam seus modos de vida. Essa limitação impacta diretamente a qualidade das análises, comprometendo desde etnografias até laudos técnicos e interpretações de dados sociais mais amplos.

A ausência de formação sobre cosmovisões que rompem com a lógica linear ocidental, como a racionalidade cíclica presente em tradições africanas e indígenas, pode levar a limitações no trabalho de campo, comprometendo a profundidade das análises. Trata-se de um desafio estrutural da formação em Ciências Sociais já que, sem a ampliação dos referenciais epistêmicos, a interpretação da realidade brasileira permanece parcial e enviesada.

Ainda que seja impossível realizar uma pesquisa totalmente isenta de vieses, ampliar a formação epistemológica dos cientistas sociais permitiria a produção de análises mais abrangentes, menos equivocadas e mais representativas da complexidade social do Brasil. Isso significa reconhecer e incorporar epistemologias indígenas, afro-diaspóricas e outras formas de conhecimento tradicional, não como um complemento ou objeto de estudo periférico, mas como parte essencial da formação e da prática científica nas Ciências Sociais.

### **Mercado de trabalho**

A Antropologia, tradicionalmente associada à produção teórica e à docência, tem sido desafiada a expandir seu campo de atuação. A necessidade de integrar os saberes acadêmicos com as demandas das comunidades e com a realidade do mercado de trabalho tem impulsionado novas formas de pensar a prática antropológica. O projeto Ciclo de Encontros demonstra como essa integração pode ocorrer, oferecendo alternativas concretas para a inserção de antropólogos no mundo profissional e ampliando a satisfação acadêmica dos estudantes.

Embora este artigo trate da formação em Ciências Sociais como um todo, muitas das reflexões apresentadas dizem respeito especialmente à formação em Antropologia, área de concentração predominante do Ciclo de Encontros e foco central das ações descritas. A formação em Antropologia nas universidades brasileiras mantém foco predominantemente teórico, frequentemente distanciando-se das aplicações práticas e das populações que estuda sob uma perspectiva eurocêntrica. Esse distanciamento resulta em um preparo insuficiente dos estudantes para atuar fora do meio acadêmico.

Ainda que faltem levantamentos nacionais precisos, pesquisas como o relatório *Onde Estão os Cientistas Sociais? – Conhecendo a profissão e o mercado de trabalho* (ANPOCS; ABA; SBS; ABCP, 2024, p. 12) indicam que os antropólogos que atuam em sua área de formação estão majoritariamente em órgãos públicos (como o MPF, a FUNAI e secretarias de Cultura), em áreas da educação ou em consultorias socioambientais e, de acordo com Simião (2018), têm maior concentração nas capitais e nas regiões Norte e Nordeste visto a maior oferta não só empregatícia mas também de programas de pós-graduação.

Tradicionalmente, os estudantes de Ciências Sociais, mais especificamente da Antropologia, tinham como horizonte a carreira universitária, direcionando-se para mestrados e doutorados com o objetivo de ingresso na docência. A escassez de profissionais qualificados deixou de ser o principal desafio; atualmente, como aponta Teixeira (2018), a retração nos concursos públicos faz emergir uma nova dificuldade: a inserção desses profissionais em outros setores. De acordo com Bardagi e Hutz (2012), a ausência de discussões sobre inserção profissional afeta a motivação dos alunos, elevando as taxas de evasão universitária. Esse cenário torna-se ainda mais crítico quando analisamos a relação entre antropólogos e comunidades tradicionais.

Em entrevista concedida a uma das autoras, Tata Ngunzetala, zelador do terreiro Tumba Inzo A'na Nzambi Junsara, território que já recebeu pesquisadores de diversas áreas, critica a lógica extrativista da academia: “Pesquisadores nos usam como fontes, mas não devolvem nada às comunidades.” Ele ainda aponta possibilidades para a valorização mútua, como a produção de objetos rituais dentro das comunidades, a valorização das línguas africanas e a restituição econômica no uso de cantigas de terreiro por artistas que não pertencem às comunidades.

Na mesma direção, a doutoranda Rosiene Francisco dos Santos, da comunidade quilombola Kalunga, ressalta que a ausência de financiamento adequado para pesquisas e a falta de envolvimento real da universidade são fatores que fragilizam a relação entre academia e comunidade. Ela destaca que pesquisadores ainda tratam as comunidades

como meros interlocutores ou informantes, ignorando sua capacidade de recusa, agência e coautoria.

Vale destacar, nesse sentido, que, diferentemente das instituições privadas, as bolsas de pesquisa oferecidas por instituições públicas são frequentemente insuficientes para cobrir os custos básicos do trabalho de campo e muito menos para garantir uma retribuição justa às comunidades envolvidas. A pesquisa não deveria encerrar-se, todavia, com sua publicação, nem o fomento que assegura sua execução, da mesma forma que não deveria começar sendo pensada apenas como um “produto científico”, sem compreender de que forma pode afetar a comunidade observada, tanto positivamente, quanto negativamente, e os meios de avaliar esses impactos.

A “devolutiva” ou “restituição” (Almeida, 2018), que é uma, dentre muitas, estratégias empregadas em direção a uma ciência mais ética, tem sido usada, primeiro, porque é uma forma de revisão, garantindo que o exposto ao pesquisador convergiu, ainda que possam haver diferenças, para um ponto minimamente em comum com o pensamento da comunidade envolvida e, em segundo, porque é uma forma de reparação e justiça social, à medida que esse retorno, que também é uma forma de divulgação científica, possibilita à comunidade entender como a pesquisa pode contribuir para a defesa de seus territórios, garantia de seus direitos e outras lutas que empenham.

As discussões sobre “devolutiva”, contudo, ainda são incipientes nas Ciências Sociais, mesmo quando em outras humanidades, como a Psicologia ou a Educação, já sejam mais presentes. Após levantamento bibliográfico, a partir da pesquisa pelo termo “devolutiva”, no título de publicações, por meio da plataforma Google Acadêmico, pôde-se constatar que grande parcela dos trabalhos que se dedicam ao tema na Antropologia fazem-no de maneira secundária, como elemento subjacente a um campo de pesquisa, como saúde ou educação. Isso aponta para uma ausência tanto na formação universitária, quanto na produção científica, de discussões sobre metodologias e técnicas voltadas especificamente à “devolutiva” ou ética de pesquisa, em sentido geral, de maneira que as iniciativas de “restituição” acontecem de forma individualizada, pontual e, por vezes, até mesmo isolada.

Quando há devolutivas, estas costumam assumir a forma de artigos ou documentários, raramente revertendo-se em meios não publicáveis, como aulas, workshops ou palestras, e muito menos em benefícios concretos direcionados aos problemas identificados em pesquisa, como *advocacy* para a aprovação de uma política pública ou elaboração de planos de gestão. Estes são apenas exemplos, afinal, o tema de investigação costuma ser definido antes do contato do pesquisador com a comunidade e, portanto, à revelia das demandas reais e cotidianas que os pesquisados poderiam trazer se consultados.

Tais críticas apontam para a urgência de repensar tanto a teoria quanto a prática antropológica, promovendo a participação ativa dos membros das comunidades nos projetos e garantindo que o conhecimento produzido retorne a elas de maneira significativa. Para José Jorge de Carvalho, a reinvenção da Antropologia passa pela integração das epistemes tradicionais à universidade e pelo rompimento com o monopólio do saber eurocêntrico. Segundo ele, “os mestres vão estimular a criação, a ebulição de novas ideias e novos procedimentos. A ebulição não pode ser reificada.” (Silva; Barros, 2024)

Essa perspectiva amplia o campo de atuação do antropólogo, permitindo que ele atue não apenas como pesquisador, mas também como mediador cultural, consultor em políticas públicas e gestor de projetos comunitários.

### **A relação entre mercado de trabalho e desempenho acadêmico**

Os estudos de Bardagi e Hutz (2012) indicam que as percepções sobre o mercado de trabalho impactam diretamente a motivação e a satisfação acadêmica. Quando os estudantes vislumbram boas oportunidades profissionais, seu engajamento aumenta; por outro lado, uma visão negativa do mercado pode desmotivá-los e contribuir para a evasão. Na área de Ciências Sociais, a ausência de clareza sobre a inserção profissional gera insegurança em relação ao futuro.

A literatura aponta que estudantes envolvidos em atividades extracurriculares — como monitorias, estágios e projetos de pesquisa aplicada — tendem a desenvolver

percepções mais positivas sobre o mercado de trabalho e maior confiança em sua futura atuação profissional (Bardagi; Paradiso, 2003).

A inserção dos antropólogos no mercado enfrenta desafios estruturais na própria formação acadêmica brasileira. A falta de regulamentação da profissão e a visão tradicional que associa a atuação exclusivamente à docência e à pesquisa são barreiras significativas. No entanto, o Ciclo de Encontros oferece caminhos promissores para superar essas limitações.

A criação de parcerias entre universidades, órgãos públicos, empresas e organizações do terceiro setor é estratégica, pois favorece a construção de redes colaborativas que transformam conhecimento em ação concreta, beneficiando tanto pesquisadores quanto comunidades. Essas colaborações podem incluir a participação remunerada dos membros das comunidades em pesquisas, a oferta de cursos de extensão que integrem saberes tradicionais e a criação de espaços de coprodução de conhecimento.

Ao proporcionar contato direto com representantes de povos e comunidades tradicionais, o projeto contribuiu para a construção de redes profissionais e para o desenvolvimento de habilidades aplicáveis em diferentes contextos. Incentivar metodologias participativas, nas quais os membros das comunidades não sejam apenas objetos de estudo, mas colaboradores ativos, é essencial para a produção de conhecimento ética e socialmente comprometida.

O Ciclo de Encontros demonstrou que a Antropologia pode se constituir como um campo de atuação dinâmico e socialmente transformador, desde que se disponha a ultrapassar os limites da academia e a dialogar com diferentes formas de conhecimento, integrando-as à sua prática.

## **Epistemologia e Metodologia**

O Ciclo de Encontros propõe novas abordagens ao campo pedagógico, ao questionar os limites entre “professor” e “aluno”, “mestre” e “aprendiz”, característicos de uma lógica reprodutivista do conhecimento.

Na academia de matriz europeia, o reconhecimento mútuo entre os que produzem e os que reproduzem ciência, segundo Bourdieu e Passeron (2023), dita a hierarquia dos capitais intelectuais. Não à toa, saberes oriundos das vivências de povos e comunidades tradicionais ficaram à margem das principais disputas científicas, tanto na instituição como um todo quanto, embora em menor grau, nas Ciências Sociais.

O “pacto narcísico da branquitude”, como define Cida Bento (2022), começou a ser rompido no ambiente universitário, de forma mais intensa, com a implementação das cotas étnico-raciais — projeto no qual o professor José Jorge teve papel central — e com a maior presença de corpos detentores de saberes não apenas teóricos e científicos, como os conhecimentos ocidentais, mas também práticos e sensíveis, associados a corpos racializados, como os de quilombolas, indígenas e pessoas negras, tanto entre estudantes quanto, progressivamente, no corpo docente.

Nesse contexto, o “Encontro de Saberes” surge como uma tentativa de proporcionar a esses novos sujeitos formas de identificação dentro da universidade, para além da figura tradicional do professor branco. Ainda que os mestres ocupem uma categoria especial, havia uma separação entre os que detinham um saber legítimo e os que o absorviam de maneira passiva.

A compreensão de que esses mestres carregam consigo um “saber localizado” (Haraway, 1995), que contribui para a pluralização epistêmica da universidade, levou à criação do Ciclo de Encontros. Nele, tanto os mediadores quanto os participantes são compreendidos como sujeitos de conhecimento.

Assim, questiona-se a suposta neutralidade dos saberes — tanto dos que ensinam quanto dos que aprendem —, uma vez que estes últimos trazem objetivos, curiosidades e experiências específicas, como as das integrantes da Socius diante da preocupação com o mercado de trabalho e o sentimento de despreparo para atuar em contextos com povos e comunidades tradicionais.

Esse redimensionamento da relação de ensino-aprendizagem, que começa com o reconhecimento das subjetividades docentes e se expande para valorizar um conhecimento útil e sensível, encontra respaldo em autores como Vygotsky, Paulo Freire e bell hooks. No contexto específico do Ciclo de Encontros, discutir a reificação dos saberes revela-se especialmente relevante.

Na academia, saberes tradicionais costumam ser valorizados em posição secundária, muitas vezes sob o viés da exotização — vistos como curiosidade ou estranheza, e não como formas de conhecimento efetivamente úteis, capazes de tensionar saberes hegemônicos. Dessa forma, os poucos contatos dos estudantes com mestres tradicionais ocorrem em contextos desconectados de suas realidades imediatas, não por falta de possibilidade de vínculo, mas por ausência de interesse pedagógico em tal articulação.

A principal inovação do Ciclo de Encontros reside em reconhecer também os estudantes como sujeitos de conhecimento. A interação com mestres, e com todos os participantes, só produz aprendizado verdadeiro se houver curiosidade, propósito e apropriação dos saberes por parte dos discentes.

Essa perspectiva permitiu ao projeto convidar representantes de saberes de povos e comunidades tradicionais que, antes, talvez não fossem considerados mestres por critérios como idade ou por sua familiaridade com o ambiente universitário. No entanto, essas experiências compartilhadas com a universidade potencializaram identificações e trocas mais profundas com os demais participantes.

Importa destacar que este argumento não se opõe à valorização de conhecimentos considerados "inúteis" sob a lógica capitalista — a qual julga os saberes tradicionais

irrelevantes por não servirem à proposta civilizatória dominante. O ponto é que, entre esses saberes, alguns podem se mostrar mais úteis para os estudantes quando se tornam apropriáveis, nos termos de Vygotsky (1984). Essa apropriação, em diálogo com suas trajetórias e interesses, pode ser um caminho para construir pontes não apenas com a universidade, mas com outras instituições públicas, como escolas, hospitais e tribunais.

A metodologia do Ciclo de Encontros fundamenta-se em três pilares interdependentes que, articulados, estruturam as práticas pedagógicas do projeto. O primeiro pilar refere-se à descentralização espacial, expressa na escolha deliberada de espaços como o Centro de Convivência Negra (CCN) e a Maloca da UnB como principais locais de realização das atividades. Esses espaços, que resistem à geografia eurocêntrica dominante no campus universitário, permitem o deslocamento simbólico e prático da sala de aula como único locus legítimo do conhecimento. Em ambientes como jardins de ervas, por exemplo, as aulas sobre plantas medicinais incorporam cheiros, texturas e afetos que enriquecem o processo de aprendizagem de forma sensorial e contextualizada.

O segundo pilar diz respeito à horizontalidade nas relações de saber. Nessa perspectiva, discentes oriundos de povos e comunidades tradicionais assumem o papel de facilitadores das rodas de conversa, promovendo interações dialógicas nas quais a escuta ativa substitui os mecanismos tradicionais de avaliação. O registro das aprendizagens, por sua vez, é realizado por meio da *escrevivência* — método concebido por Conceição Evaristo (2017) — que possibilita aos participantes expressar suas experiências de forma subjetiva e politicamente situada.

O terceiro pilar consiste na reciprocidade como ética pedagógica, inspirada na pedagogia crítica de bell hooks (2013). Esse princípio valoriza a troca mútua de saberes, reconhecendo que diferentes experiências geram conhecimentos igualmente válidos. Assim, uma fala de uma discente quilombola sobre a realização de pesquisa em seu território é considerada tão epistemologicamente relevante quanto a exposição de um professor doutor. Dessa forma, mestres vêem seus saberes valorizados; estudantes

expandem suas ferramentas críticas; e a universidade se reconfigura como uma confluência de cosmologias, como propõe Bispo (2023).

Essa metodologia transforma não apenas a experiência acadêmica dos participantes, mas também os prepara para um mercado de trabalho plural, que demanda habilidades para transitar entre diferentes contextos culturais e sistemas de conhecimento. A descentralização espacial aguça a percepção sobre dinâmicas territoriais; a horizontalidade fortalece a capacidade de liderar de forma colaborativa; e a ética da reciprocidade oferece alternativas às práticas acadêmicas marcadas pelo colonialismo e pela hierarquização dos saberes.

A escrevivência, nesse contexto, torna-se também um instrumento de fortalecimento da comunicação escrita e reflexiva, habilidade essencial para áreas que exigem elaboração de relatórios, projetos e sistematizações. Ao valorizar saberes não hegemônicos, o Ciclo fomenta o pensamento crítico e a inovação social, características indispensáveis para enfrentar os desafios contemporâneos.

Ainda assim, os desafios persistem. A tradução dessas experiências em linguagens formais, como currículos e indicadores institucionais, esbarra nos parâmetros rígidos das instituições acadêmicas. Apesar disso, os estudantes formados por essa experiência revelam uma capacidade ímpar de atuar como tradutores culturais, mediando diferentes sistemas de conhecimento sem recorrer à hierarquização. Diante das crises civilizatórias que marcam o século XXI, essa é uma habilidade cada vez mais necessária para os cientistas sociais.

### **Ciclo de encontros**

O processo de concepção do projeto iniciou-se com a elaboração de um cronograma de atividades formativas, que incluía rodas de conversa, oficinas práticas e visitas guiadas. Cada atividade foi planejada com base em temas identificados como ausentes ou insuficientemente explorados na grade curricular do curso, tais como cosmovisões indígenas, metodologias participativas, racismo ambiental e estratégias de resistência comunitária. A seleção de facilitadores priorizou representantes de

comunidades quilombolas e indígenas, muitos dos quais são estudantes ou egressos da própria universidade, o que possibilitou uma interlocução mais horizontal com os participantes, favorecendo a identificação e o engajamento. Também foram convidados professores universitários e mestres de saberes tradicionais que, em conjunto, compuseram uma programação plural e representativa.

A divulgação do projeto foi realizada por meio de redes sociais, cartazes físicos no Instituto de Ciências Sociais e parcerias com centros acadêmicos e coletivos estudantis. As atividades ocorreram predominantemente na Maloca e no Centro de Convivência Negra, espaços simbólicos de resistência e afirmação identitária dentro da Universidade de Brasília.

As rodas de conversa foram organizadas em torno de temas específicos, como “Pesquisa com povos tradicionais: ética e metodologia”, “Cosmovisões indígenas e ciência ocidental” e “Saberes quilombolas e políticas públicas”. Cada encontro iniciou-se com uma fala provocadora do facilitador, seguida de um debate aberto com os participantes. Ao final, era proposto um exercício de escrivência, no qual os estudantes registraram, em formato livre, suas impressões, afetos e aprendizados.

A realização do Ciclo de Encontros também dialoga com o recente processo de curricularização da extensão nas universidades públicas brasileiras. Embora essa política tenha o potencial de aproximar teoria e prática, sua implementação tem sido marcada por desafios, como a ausência de estrutura e reconhecimento institucional. O projeto aqui descrito aponta caminhos para uma efetiva integração entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo uma formação mais crítica e situada.

### **1º Encontro: Caminhos para a profissionalização nas Ciências Sociais**

Para iniciar a discussão sobre possibilidades profissionais em Ciências Sociais, o Ciclo de Encontros promoveu um evento que buscava expandir os horizontes para além da carreira docente, a mais recorrente entre os egressos. Com esse intuito, foi convidado o professor Henyo Trindade, do Departamento de Antropologia da UnB, cuja trajetória transita entre o universo acadêmico e o mercado de trabalho. A escolha por esse

interlocutor teve como objetivo retomar uma discussão já existente na universidade, especialmente por meio da disciplina "Antropologia e Mercado de Trabalho", anteriormente ministrada por docentes como Soraya Fleischer e o próprio Henyo, mas que havia sido descontinuada.

A realização do evento, sediado no Instituto de Ciências Sociais, onde participaram 10 membros da Socius, que acompanharam atentamente a exposição e o debate subsequente. O professor Henyo enfatizou que o mercado de trabalho na área não é fixo nem previsível, mas sim dinâmico, exigindo dos profissionais estratégias para ocupar espaços não tradicionalmente associados à formação em Ciências Sociais, destacou ainda o papel da pesquisa aplicada e das consultorias como campos promissores.

O encontro provocou importantes reflexões sobre as lacunas na preparação oferecida pela universidade, como a ausência de disciplinas práticas e o distanciamento em relação a setores profissionais que absorvem cientistas sociais. O êxito do evento levou à organização de uma segunda edição, dessa vez aberta a toda a comunidade acadêmica e com a participação adicional do cientista social e gestor ambiental Caio Giustina.

Ficou clara a importância de abrir de escuta entre docentes e discentes, onde os estudantes pudessem expressar suas dúvidas e inseguranças sobre o futuro profissional. Diferentemente do ambiente formal e regado da sala de aula, essa etapa do Ciclo permitiu um diálogo mais próximo e sincero, contribuiu não apenas para a apresentação de alternativas profissionais, mas também para a promoção de uma formação mais integrada entre teoria e prática, sensível aos desafios concretos da atuação em Ciências Sociais.

## **2º Encontro: Vivência Indígena Estudantil**

O segundo encontro do Ciclo foi realizado na Maloca, espaço de convivência dos estudantes indígenas da UnB, e teve como foco central a experiência desses estudantes na universidade. Participaram os graduandos em Ciências Sociais Saôry Txhêska e

Fêtxawewe Tapuya, e a graduanda em Direito e presidente da AAIUnB (Associação dos Acadêmicos Indígenas da Universidade de Brasília), Manuele Tuyuka. Os temas abordados foram desde as dificuldades de acesso à universidade — marcadas por desigualdades socioeconômicas — até o pioneirismo do vestibular indígena da UnB, em parceria com a FUNAI.

A chegada à universidade foi descrita como um processo de choque cultural, sobretudo para aqueles que saem de suas comunidades pela primeira vez e enfrentam barreiras como a língua portuguesa. Nesse sentido, articulações como a COQUEI (Coordenação da Questão Indígena) e a AAIUnB são fundamentais no acolhimento desses estudantes. O suporte institucional oferecido, aliado à promoção de rodas de conversa e atividades de integração, torna o cotidiano mais leve. A Maloca, espaço onde a maioria das atividades é realizada, é vista como um lugar de pertencimento, sendo referida por um dos estudantes como a “demarcação de terra indígena dentro da universidade”.

Nos demais espaços, porém, a inospitalidade é evidente. Problemáticas como a exclusão por parte de colegas, a imposição de estereótipos e o constante enfrentamento de questionamentos sobre sua identidade indígena tornam-se parte da rotina dos estudantes. Contudo, é o contato com professores, na sala de aula, que revela maior hostilidade: falta de sensibilidade diante das especificidades culturais, ausência de autores indígenas nas ementas e inflexibilidade quanto a ausências justificadas por rituais foram alguns dos tópicos apontados. Ao final, algumas sugestões foram feitas para mitigar esses conflitos, entre elas, destacou-se a necessidade de uma formação específica que instrísse o corpo docente a agir de maneira adequada.

Em um segundo momento, a conversa abordou sobre as pesquisas realizadas em territórios indígenas. Os convidados criticaram o uso recorrente de questionários desatualizados, a falta de reconhecimento da coautoria indígena e a ausência de devolutiva dos resultados às comunidades envolvidas.

Por fim, enquanto pesquisadores, os estudantes indígenas expressaram o desejo de não serem limitados a falar apenas de suas etnias, embora reconheçam a importância

de produzir ciência a partir das próprias vivências. A fala de Manuele Tuyuka — “ser indígena dentro da universidade é ter fôlego para permanecer” — resume o esforço constante de resistência e permanência diante de uma estrutura acadêmica que ainda impõe barreiras, mesmo em espaços que deveriam ser de acolhimento e colaboração.

### **3º Encontro: Quilombo e Universidade - Vivências e Desafios**

O terceiro Ciclo de Encontros aconteceu no Centro de Convivência Negra da Universidade de Brasília (UnB), no dia 5 de outubro de 2023, reunindo estudantes e pesquisadores quilombolas para debater os desafios enfrentados por esses sujeitos na permanência e integração acadêmica. Participaram do evento Samilly Valadares, mestranda em Direitos Humanos e oriunda da Comunidade Quilombola Oxalá de Jacunday (PA), e Pedro Fernando dos Santos, doutorando em Linguística e pertencente à Comunidade Quilombola de Santana (PE), ambos dispostos a dialogar sobre o tema com as diretoras da empresa júnior Socius. O encontro foi marcado pelo compartilhamento de experiências diversas no ingresso e vivência na universidade, ressaltando as tensões, os apagamentos e a resistência dos estudantes quilombolas no ambiente acadêmico.

Durante o debate, os convidados abordaram o contraste entre suas trajetórias na graduação e na pós-graduação. Pedro, que cursou a graduação próximo de sua comunidade, relatou ter encontrado um ambiente mais acolhedor do que o vivenciado na UnB, onde hoje enfrenta barreiras relacionadas à invisibilidade e à indiferença institucional. Já Samilly relatou as dificuldades de afirmar sua identidade quilombola na UFPA, sobretudo pela ausência de representatividade e de reconhecimento dos saberes de sua comunidade nos currículos acadêmicos. Ambos destacaram que a permanência na universidade depende da construção de redes de apoio entre estudantes quilombolas, essenciais diante de um ambiente acadêmico hostil e pouco preparado para acolher suas trajetórias e epistemologias.

As falas também evidenciaram o distanciamento do corpo docente em relação às realidades quilombolas (com exceção de professores oriundos de comunidades

tradicionais ou sensíveis a essas pautas). Samilly enfatizou que os conhecimentos quilombolas não se enquadram nas lógicas ocidentais de produção do saber, exigindo da universidade posturas antirracistas e emancipadoras. Pedro, por sua vez, destacou o descompasso entre o ritmo das exigências acadêmicas e o tempo quilombola, o que intensifica os desafios de adaptação e permanência.

A crítica à forma como a pesquisa acadêmica se relaciona com as comunidades tradicionais foi um dos pontos centrais do encontro. Segundo os convidados, a academia ainda adota uma postura extrativista, tratando os quilombolas como objetos de estudo, sem garantir participação ativa na construção do conhecimento e, muitas vezes, sem devolver os resultados às comunidades pesquisadas. Como contraponto, Samilly compartilhou sua experiência com o projeto Perpetuar, desenvolvido após sua graduação em Psicologia, que visa resgatar e reconstruir as narrativas do seu quilombo afetado pela pandemia, integrando a resistência quilombola à produção acadêmica. Para ela, a universidade deve ser um espaço de valorização, e não de exploração, desses saberes.

Outro tema debatido foi a criação de espaços específicos para estudantes quilombolas dentro da universidade. Samilly defendeu a importância desses espaços como estratégia de acolhimento, apoiada em sua experiência positiva na UFPA, que oferece um local de pertencimento. Pedro, no entanto, apresentou uma perspectiva distinta, argumentando que a criação de espaços segregados pode ser contraproducente, defendendo a luta coletiva com outros grupos marginalizados por reconhecimento e inclusão. Apesar das divergências, ambos concordaram que o fortalecimento de redes de apoio e a promoção de políticas reais de permanência são caminhos fundamentais para enfrentar a marginalização vivida dentro da academia.

A terceira etapa do Ciclo de Encontros mostrou que, apesar das adversidades, os estudantes quilombolas seguem firmes em seus processos de resistência e reinvenção dentro da universidade. O evento foi também um espaço de partilha de vivências, construção de alianças e fortalecimento coletivo. A organização do encontro enfrentou desafios logísticos, mas conseguiu garantir um ambiente propício à escuta e ao debate,

inclusive com um lanche coletivo para acolher melhor os participantes. Ao final, reforçou-se a necessidade de ampliar esse tipo de iniciativa para outras áreas da universidade, com mais tempo, estrutura e escuta, reconhecendo que a luta por uma universidade mais justa e plural é responsabilidade de toda a comunidade acadêmica.

Importante mencionar que, enquanto a gestão idealizadora vivenciava instabilidades— incluindo a oscilação na presença de um professor orientador e a falta de recursos financeiros para custear atividades como visitas técnicas— a gestão posterior conseguiu dar continuidade ao projeto. Com sucesso, culminou na realização da tão esperada visita ao Quilombo Mesquita, situado na Cidade Ocidental (GO), por meio do suporte de um professor orientador que direcionou os recursos necessários para essa realização.

### **Considerações Finais**

O Ciclo de Encontros emergiu como uma resposta prática aos limites estruturais da formação em Ciências Sociais, ao propor um espaço de escuta e diálogo horizontal entre saberes acadêmicos e tradicionais. A presença ativa de estudantes indígenas e quilombolas como facilitadores de discussões revelou a potência de uma pedagogia que reconhece sujeitos historicamente marginalizados como produtores legítimos de conhecimento. As críticas levantadas nos encontros, como a exploração intelectual sem retorno às comunidades e a ausência de coautoria nos processos de pesquisa, evidenciam a urgência de rever as práticas metodológicas nas Ciências Sociais. O projeto demonstrou que é possível formar profissionais preparados para atuar em consultorias, políticas públicas e organizações comunitárias, desde que a universidade esteja disposta a reformular seus currículos, ampliar seus horizontes epistemológicos e escutar ativamente os sujeitos que compõem sua comunidade. A interdisciplinaridade, a reciprocidade e o engajamento político aparecem, nesse contexto, como pilares de uma prática antropológica comprometida com a transformação social.

Apesar dos avanços do Ciclo de Encontros, o projeto enfrentou desafios importantes. A limitação de recursos financeiros e institucionais, o acúmulo de tarefas sobre poucas pessoas, bem como a baixa participação de docentes em algumas

atividades, indicam as barreiras ainda existentes para uma transformação efetiva da formação universitária. Como consequência de todos esses entraves, dois ciclos que estavam previstos no projeto não foram realizados: o primeiro que contaria com a presença de PCD's (Pessoas Com Deficiência) e o segundo com pessoas de orientação sexual e de gênero pertencentes à comunidade LGBTQIAP+ dentro do contexto discente da Universidade de Brasília.

Para além disso, o processo de curricularização da extensão na UNB, no que tange à Antropologia, revela tensões inerentes à sua implementação acelerada. Como esse projeto foi realizado antes da obrigatoriedade da prática extensionista na graduação, os idealizadores do Ciclo tiveram que operá-lo por meio da empresa júnior Socius, adaptação que, embora funcional, expôs fragilidades além das supracitadas: recursos insuficientes para deslocamentos a comunidades tradicionais, restrições temporais e impossibilidade de remuneração adequada a mestres tradicionais. Apesar das dificuldades, a experiência produziu resultados tangíveis, demonstrando que a ação extensionista, mesmo em moldes improvisados, respondeu a uma demanda discente urgente que não podia aguardar aprimoramentos estruturais por parte da universidade.

A experiência do Ciclo de Encontros reafirma a necessidade de mudanças estruturais no interior da universidade. A revisão curricular, a valorização dos mestres de saberes tradicionais, a implementação de disciplinas obrigatórias voltadas a epistemologias não ocidentais e políticas efetivas de permanência são medidas fundamentais para democratizar o acesso ao conhecimento e garantir uma formação mais plural e conectada com os desafios do presente. A atuação da empresa júnior Socius mostra que é possível construir iniciativas comprometidas com a justiça epistêmica mesmo dentro dos limites institucionais da universidade, abrindo caminhos para parcerias também com escolas, hospitais, tribunais e outros campos de atuação.

Enquanto persistirem as desigualdades no acesso, na permanência e no reconhecimento das trajetórias dos estudantes oriundos de povos e comunidades tradicionais, projetos como o Ciclo de Encontros seguirão sendo não apenas relevantes, mas indispensáveis.

Embora os resultados aqui apresentados reflitam uma realidade localizada, acredita-se que esta experiência possa servir como inspiração para outras iniciativas de extensão e inovação pedagógica nos cursos de Ciências Sociais em diferentes contextos universitários. Eles demonstram que a universidade não precisa ser apenas um espaço de reprodução de saberes hegemônicos, mas pode tornar-se um território de resistência, inovação e encontro entre cosmologias distintas. A luta por uma Ciência Social mais inclusiva, aplicada e ética é, antes de tudo, um compromisso político com o presente e com o futuro.

### Referências

ALMEIDA, Ueberson Ribeiro et al. A devolutiva como exercício ético-político do pesquisar. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 30, n. 2, p. 204-213, 2018.

ANPOCS; ABA; SBS; ABCP. *Onde estão os cientistas sociais? Conhecendo a profissão e o mercado de trabalho*. São Paulo: ANPOCS, 2024

BARDAGI, Marúcia Patta; PARADISO, Ângela Carina. Trajetória acadêmica e satisfação com a escolha profissional de universitários em meio de curso. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 153-166, 2003.

BARDAGI, M. P.; HUTZ, C. S. Mercado de trabalho, desempenho acadêmico e o impacto sobre a satisfação universitária. *Revista de Ciências Humanas*, v. 46, n. 1, 24 out. 2012.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. Companhia das letras, 2022.

BISPO, Antônio. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Editora Vozes, 2023.

CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes, descolonização e transdisciplinaridade. In: TUGNY, Rosângela Pereira de; GONÇALVES, Gustavo. *Universidade popular e encontro de saberes*, Salvador/BA, 2020, p.14-56.

CARVALHO, José Jorge de. Epistemômetro. Uma Metodologia para a Descolonização e Transformação do Currículo das Universidades Brasileiras. *PragMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, Niterói/RJ, Ano 133, n. 25, p. 302-345, set. 2023

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Bazar do Tempo, 2020, p 124-145.

EVARISTO, Conceição et al. *A escrevivência e seus subtextos*. Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, v. 1, p. 26-46, 2020.

FILHO, Francisco Alves Afonso (Tata Ngunguzetala). *Entrevista concedida a Maria Eduarda Souza Gonçalves*. Brasília, 21 mar. 2025. Notas pessoais.

FLEISCHER, Soraya. Onde uma antropóloga pode trabalhar? Relato de uma disciplina de graduação sobre Antropologia e mercado de trabalho. *Áltera—Revista de Antropologia*, João Pessoa, v. 1, n. 4, p. 42-61, jan. / jun. 2017

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.

HOOKS, bell et al. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, v. 2, 2013.

QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005

REIS, D. DOS S. Saberes encruzilhados: (de)colonialidade, racismo epistêmico e ensino de filosofia. *Educar em Revista*, v. 36, 21 dez. 2020.

SANTOS, Rosiene Francisco dos. *Entrevista concedida a Sara Nogueira de Araújo*. Brasília, 23 mar. 2025. Gravação em áudio (30 min).

SILVA, Rafael Afonso da; BARROS, Nelson Filice de. *O antirracismo como valor: das cotas étnico-raciais às cotas epistêmicas – entrevista com José Jorge de Carvalho*. Revista de Antropologia, São Paulo, Brasil, v. 67, 2024.

SIMIÃO, Daniel Schroeter; FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2018.

TEIXEIRA, Carla Costa. Egressos dos mestrados em antropologia no Brasil (2004-2012). In: SIMIÃO, Daniel Schroeter; FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2018. p. 205-230.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Pesquisa social sobre a pandemia: discentes de graduação do Instituto de Ciências Sociais*. Brasília, DF: UnB, 2021.

VYGOTSKY, L. S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.